ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS

EDITORA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Questões Contemporâneas

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Questões Contemporâneas

ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizador)

BOA VISTA/RR
2026

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Geane Ribeiro Silva Monteiro

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Balbina Líbia de Souza Santos

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Se70 SENHORAS, Elói Martins.

Relações Internacionais: Questões Contemporâneas. Boa Vista: Editora IOLE, 2026.

Série: Relações Internacionais. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-979656-6-3

1 - Estudos de Caso. 2 - Mundo. 3 - Relações Internacionais. 4 - Teoria.
I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Relações Internacionais. IV - Série

CDD–327

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
O presente livro contou com avaliação às cegas no sistema double-blind-review.



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capilarização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2026

CAPÍTULO 1

O Vácuo de Poder no Sahel: Uma Visão Comparada

O VÁCUO DE PODER NO SAHEL: UMA VISÃO COMPARADA[1]

Giancarlo Cristiano de Gouveia[2]

A região do Sahel, faixa localizada na África Subsaariana entre o Saara e as planícies africanas centrais, caracterizada por seu clima semiárido, tem se consolidado como um dos epicentros geopolíticos mais voláteis do século XXI (CARTWRIGHT, 2020). Na porção ocidental da região, encontram-se diversos estados que se enquadram na concepção da "*Françafrique*", termo que descreve a rede de influência política, econômica e militar da França sobre suas ex-colônias na África. Desde o final da década de 2000, a escalada de violência, somada a crises de governabilidade, pobreza endêmica e transformações climáticas, agrava a situação, já sensível, de um ambiente de instabilidade multifacetada.

Esse quadro tornou-se particularmente agudo ao longo da década de 2020. Entre 2020 e 2025, quatro países centrais da dinâmica política do Sahel — Mali, Chade, Burkina Faso e Níger — passaram por rupturas institucionais decorrentes de golpes de Estado. Esse processo foi motivado e acompanhado por discursos políticos que expressavam forte contestação à presença francesa e às estruturas de cooperação historicamente estabelecidas com Paris (OKOLI; HAQUE, 2024). Subsequentemente, observa-se a intensificação da presença russa na região, especialmente por meio

[1] O presente capítulo trata-se de um produto derivado de um trabalho de conclusão de curso em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) sob orientação do Prof. Dr. Charles Pennaforte.

[2] Graduado em Relações Internacionais e pesquisador do Laboratório de Geopolítica, Relações Internacionais e Movimentos Antissistêmicos (LabGRIMA) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail para contato: gianc.gouveia@gmail.com

de acordos de cooperação securitária e da atuação de *proxies* associados ao Estado russo, como o Grupo Wagner (GW).

Diante dessa complexa reconfiguração de poder, que questiona fortemente a posição histórica de Paris em sua "*chasse gardée*" africana, é possível entender o Sahel em uma lógica de competição multipolar. Com base na Análise dos Sistemas-Mundo (ASM) de Immanuel Wallerstein, que fundamenta a compreensão das dinâmicas atuais de poder no Sistema Internacional do século XXI, percebe-se a redistribuição do poder entre as novas potências, que buscam contrabalançar a hegemonia dos Estados Unidos e de seus aliados, bem como o reconhecimento do fortalecimento de um sistema multipolar e da interdependência crescente entre os países (PENNAFORTE, 2020; WALLERSTEIN, 2011).

Sob esse prisma teórico, Wallerstein (2011) delimita a existência da hegemonia ocidental estadunidense, que se encontra contemporaneamente em declínio estrutural, manifestado no enfraquecimento da capacidade de Washington e de seus aliados de moldar a ordem mundial. Arrighi (1996) interpreta esse processo como parte do esgotamento do atual Ciclo Sistêmico de Acumulação liderado pelos Estados Unidos, o que abre espaço para novas formas de organização da economia-mundo capitalista. Complementarmente, Pennaforte (2020) destaca que o surgimento de países de atuação antissistêmica é uma consequência direta do declínio econômico e geopolítico das potências centrais, o que impulsiona atores da periferia, como os Estados do Sahel, a buscar alternativas que ampliem suas margens de autonomia estratégica.

Nesse contexto, a retirada progressiva da presença francesa e a expansão da influência russa sugerem a emergência de um processo de reconfiguração das relações de poder externo no Sahel. Assim, o presente trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: a expansão da presença russa no Sahel, no contexto da retirada francesa, configura um processo de transição hegemônica regional,

em um preenchimento de um vácuo de poder, ou apenas uma reacomodação das formas de influência externa na região, sintomática da alteração da economia-mundo contemporânea?

Assim, o objetivo geral deste trabalho consiste em analisar a crise de legitimidade da presença francesa no Sahel e investigar a natureza da expansão da influência russa na região no contexto da recente onda de golpes de Estado, avaliando em que medida essa dinâmica pode ser interpretada como um processo de transição hegemônica ou como uma reacomodação das relações de poder na região, em um cenário que questiona a presença neocolonial de potências centrais.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa baseada em análise bibliográfica e documental. O estudo fundamenta-se na literatura acadêmica especializada em geopolítica africana, teoria das Relações Internacionais e segurança regional, bem como em relatórios de organismos internacionais, publicações de centros de pesquisa e peças da mídia. A análise busca articular essas contribuições teóricas à interpretação dos eventos recentes observados na região em mais cinco capítulos, que abordarão, respectivamente, a situação geopolítica atual da região, o histórico francês em sua "*chasse gardée*", a crescente presença russa e sua motivação, o papel que outros países competidores têm nesse movimento e as considerações finais do autor.

TOMBUCTU

Este estudo parte do pressuposto de que os acontecimentos no Sahel não podem ser compreendidos como meros fenômenos intrarregionais isolados, tampouco como simples reflexos automáticos da dinâmica global. Em consonância com a abordagem

de Buzan e Waever (2003), adota-se o entendimento de que o nível regional constitui o plano decisivo da análise de segurança, tanto para os países que se inserem nesta região quanto para aqueles externos que visam projetar sua influência nela:

> Para a maior parte dos Estados no sistema internacional, o nível regional é o crucial para a análise de segurança. Para as potências globais, o nível regional é fundamental na formação tanto das opções quanto das consequências de projetar suas influências e rivalidades no restante do sistema. O nível regional é mais relevante para os Estados que nele se encontram, mas também tem impacto considerável para as potências globais. As características de segurança nos níveis regionais são duradouras (BUZAN; WAEVER, 2003, p. 47).

Para os Estados inseridos no Sahel, é nesse nível que a insegurança se materializa de modo mais direto; para as potências globais, por sua vez, a região funciona como espaço estratégico no qual se projetam rivalidades, influências e interesses sistêmicos mais amplos (BUZAN; WAEVER, 2003). Assim, os eventos observados no Sahel configuram-se como expressões localizadas de dinâmicas estruturais do sistema-mundo.

No contexto saheliano, a crise humanitária que a região enfrenta configura-se como um dos efeitos mais graves e persistentes da insegurança estrutural global, refletindo a interseção de crises, envolvendo conflitos armados e a fragilidade estatal; segundo dados recentes da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), quase quatro milhões de pessoas foram deslocadas pelos conflitos, sobretudo no Mali, no Burkina Faso e no Níger. Isso ocorre em um contexto em que a insegurança, a violência e a competição por recursos básicos se tornaram endêmicas da região (AL

JAZEERA, 2025). Essa crise se mostra como sintoma e, ao mesmo tempo, agravante da crise securitária, na medida em que evidencia a incapacidade estrutural dos Estados saheliano de garantir proteção e a provisão de serviços públicos básicos, ao mesmo tempo em que retroalimenta ciclos de violência, deslocamento forçado e fragmentação territorial, aprofundando a vulnerabilidade regional e ampliando o espaço para intervenções e disputas externas.

Na conjuntura contemporânea, Tombuctu consolidou-se como um ponto nodal do complexo regional de segurança do Sahel, simbolizando a fragilidade estatal e a erosão da autoridade territorial em toda a região. A cidade ao norte do Mali ocupa um lugar singular na história política, econômica e simbólica do Sahel: fundada como entreposto comercial estratégico nas rotas transaarianas, consolidou-se, entre os séculos XIV e XVI, como um dos principais centros de circulação de ouro, de sal e de saber islâmico na África Ocidental, especialmente durante os impérios do Mali e do Songhai.

No período contemporâneo, contudo, a cidade, bem como a região, passa por uma onda de insegurança; sua ocupação por grupos jihadistas em 2012 e as intervenções internacionais posteriores, por diversos agentes, evidenciam a sobreposição entre a marginalização socioeconômica e as disputas políticas e territoriais (CARTWRIGHT, 2020). Justamente, a presença desse atrito, no século XXI, entre grupos armados na região revela que a crise no Sahel não é episódica, mas estrutural, inserindo-se em dinâmicas interconectadas de insegurança que atravessam toda a região (BUZAN; WAEVER, 2003; THURSTON, 2024).

O poder no Sahel

Em primeira instância, torna-se indispensável delimitar o conceito de poder, categoria analítica central para a compreensão das dinâmicas examinadas neste trabalho. Como complemento à

articulação presente da ASM, compreender-se-á o pensamento de Joseph S. Nye (2011), ao afirmar que o poder no sistema internacional não se restringe à coerção ou ao emprego direto da força material, mas corresponde à capacidade de influenciar o comportamento de outros atores por meio de diferentes instrumentos (p. 13). Perante essa concepção, o autor propõe o conceito de smart power, entendido como a combinação estratégica entre recursos coercitivos e capacidades de atração, afirmando que "*Smart power* é a combinação do *hard power* da coerção e do pagamento com o *soft power* da persuasão e da atração" (NYE, 2011, p. 13). Tal formulação permite compreender o poder como um fenômeno relacional e multifacetado, especialmente relevante em contextos marcados por assimetrias estruturais.

À luz desse arcabouço conceitual, a atuação francesa no Sahel pode ser interpretada como uma manifestação concreta da exerção do *smart power* de Nye, uma vez que articula instrumentos como intervenções militares, a imposição de agendas de segurança, a assistência econômica e a influência cultural e institucional. Conforme argumenta Thurston (2024), a postura militar e política francesa ampliou sua capacidade de projeção na região, como também permitiu moldar orientações econômicas dos Estados sahelianos, preservando a centralidade de Paris mesmo após o encerramento formal do domínio colonial.

Essa assimetria torna-se ainda mais evidente quando analisada à luz da Análise dos Sistemas-Mundo, segundo a qual a economia-mundo capitalista organiza-se hierarquicamente em torno da distinção entre centro e periferia. Os países do Sahel inserem-se estruturalmente na condição periférica, especializados na exportação de matérias-primas de baixo valor agregado e dependentes de fluxos externos de capital, de tecnologia e de segurança. Em contraste, a França ocupa uma posição central, concentrando capacidades produtivas avançadas, poder financeiro, influência política e

controle sobre circuitos estratégicos da economia mundial, o que reforça uma relação estruturalmente desigual (WALLERSTEIN, 2011).

Conforme Kwame N'krumah (1967), o declínio do colonialismo clássico deu lugar a formas mais sofisticadas de dominação, reunidas sob o conceito de neocolonialismo. Para o autor, os Estados periféricos mantêm os "adornos exteriores da soberania", enquanto seus sistemas econômicos — e, por extensão, políticos — permanecem dirigidos a partir do exterior (p. 01). Como sintetiza o autor, a continuidade estrutural da dominação ainda persiste sob novas formas:

> O colonialismo de velho estilo não está, de modo algum, abolido. Constitui ainda um problema africano, mas está em retirada por toda parte. Uma vez um território se tornando nominalmente independente, não é mais possível, como no século passado, intervir no processo. As colônias existentes podem continuar por mais tempo, mas não serão criadas novas colônias. *Em lugar do colonialismo, como principal instrumento do capitalismo, temos hoje o neocolonialismo* (N'KRUMAH, 1967, p. 01).

Historicamente, o exercício do poder no Sahel Ocidental estruturou-se predominantemente de forma unipolar em torno da França, configurando-se como herança direta tanto das práticas coloniais quanto das estratégias neocoloniais adotadas na *françafrique* pós-independência. Mesmo após a década de 1960, marcada pela onda de independências no continente africano, os Estados saheliano permaneceram inseridos em uma lógica de dependência assimétrica, na qual Paris manteve capacidade decisória sobre variáveis centrais do funcionamento estatal (JÓ, 2024; N'KRUMAH, 1967). Esse controle manifestou-se por meio de

instrumentos econômicos e institucionais, como a manutenção do franco CFA, o acesso privilegiado a contratos públicos e a influência sobre os sistemas administrativos e educacionais (THURSTON, 2024; GOGNY, 2024).

No plano político-institucional, esse arranjo foi reforçado por acordos bilaterais firmados no momento da descolonização, que garantiram à França direitos estratégicos, incluindo a presença militar permanente, a primazia na exploração de recursos naturais e a influência direta sobre as políticas de segurança (ETOGHO, 2022, p. 831 *apud* JÓ, 2024, p. 13). Tais estruturas foram legitimadas não por amplo apoio popular, mas por elites políticas alinhadas aos interesses da antiga metrópole, aprofundando o distanciamento entre Estado e sociedade nas formações políticas saheliana e fragilizando os processos de construção da legitimidade interna (N'KRUMAH, 1967).

No campo securitário, a hegemonia francesa consolidou-se por meio de uma presença militar contínua, que desempenhou papel central na arquitetura de segurança regional. Segundo Thurston (2024), a França buscou apresentar-se como fornecedora indispensável de segurança, sustentando a narrativa da fragilidade estrutural dos Estados saheliano pós-independência. Contudo, o prolongamento dessas operações coincidiu com o agravamento da insegurança, a intensificação da violência jihadista por grupos fundamentalistas ligados à Al-Qaeda e o crescimento do ressentimento popular, fatores que contribuíram para a sucessão de insurgências militares observada a partir de 2020.

As intervenções militares francesas no Sahel no século XXI, notadamente as operações Serval (2013-2014) e Barkhane (2014-2023), que serão discutidas mais à frente, devem ser compreendidas tanto a partir de seus objetivos declarados quanto de seus efeitos estruturais. Conforme analisa Thurston (2024), a presença militar francesa nesse dispositivo regional — quase — permanente

estendeu-se por vários países da região e assumiu funções que extrapolavam o combate direto aos grupos armados; para o autor, o prolongamento das operações coincidiu com o agravamento da violência e o enfraquecimento da legitimidade dos governos aliados à França, o que impulsionou o crescimento do sentimento antifrancês, contribuindo para a instabilidade política e para a sucessão de golpes militares.

A capital do "Coup Belt"

Na concepção de Sawo (2017, p. 03), um golpe de Estado, ou *Coup d'État*, pode ser categorizado como uma ruptura política não democrática conduzida por um grupo restrito das forças de segurança, especialmente militares, por meio de uma ação rápida, com o objetivo central de destituir o governo em exercício e alterar a orientação das políticas estatais, distinguindo-se tanto de revoluções de massa quanto de intervenções externas. Nessa concepção, é possível afirmar que, desde 2020, o Sahel tem sido atravessado por uma sequência de golpes de Estado. Essa onda iniciou-se no Mali, com o golpe de agosto de 2020, que depôs o presidente Ibrahim Boubacar Keïta, seguido de uma nova intervenção militar em 2021, que consolidou o poder da junta militar no país. Já em Burkina Faso, a instabilidade materializou-se em dois momentos distintos: um primeiro golpe em 2021, em meio ao agravamento da crise de segurança no país, e uma nova intervenção militar em 2024 (MAHMOUD; TAIFOURI, 2023; THURSTON, 2024). No Níger, a tendência regional foi confirmada pelo golpe de 2023, que depôs o presidente Mohamed Bazoum e marcou a ruptura com a imagem de relativa estabilidade institucional do país (OKOLI, 2024; VITOLA, 2024). Paralelamente, transições militares fora do núcleo da AES (que será aprofundado a seguir), como no Sudão, em

2021, e no Chade, também em 2021, indicam que a instabilidade extrapola a zona de atrito da influência francesa no Sahel Ocidental.

Para analisarmos com êxito os golpes de Estado ocorridos em Mali, Burkina Faso e Níger, enquanto casos que exemplificam a situação saheliana, é fundamental compreender a dinâmica estrutural de instabilidade que caracteriza o Sahel Ocidental contemporâneo. Conforme argumentam Mahmoud e Taifouri (2023), a região constitui um espaço de sobreposição de crises — securitárias, institucionais, econômicas e sociais — que se reforçam mutuamente e fragilizam de forma contínua a autoridade estatal, visto que os autores apontam que os Estados sahelianos operam sob condições de soberania limitada, criando um ambiente em que a governabilidade se torna estruturalmente precária.

Nesse contexto, a instabilidade política no Sahel não pode ser interpretada apenas como resultado de falhas internas de governança; deve ser vista como expressão de uma ordem regional securitizada, na qual respostas militarizadas foram privilegiadas em detrimento de soluções políticas e socioeconômicas de longo prazo. Essas soluções frequentemente foram moldadas por pressões externas e por agendas internacionais de segurança (OKOLI, 2024). Essa leitura dialoga com Pinto (2014, p. 05), que descreve o enquadramento do Sahel como uma espécie de zona de interesse para a segurança europeia, o que veio a deslocar o foco das causas estruturais da instabilidade para respostas emergenciais e coercitivas. Assim, a centralidade conferida ao combate ao terrorismo contribuiu para a marginalização de demandas sociais, como o apoio à Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas no Mali (MINUSMA) (GUICHAOUA, 2020).

Além disso, Haque (2024) delimita uma “erosão do contrato social” no Sahel. Ela considera a crescente insatisfação com a atuação do Estado, que descredibiliza o sistema nacional. Isso se deve à incapacidade persistente dos governos nacionais de garantir

segurança cotidiana, serviços essenciais e perspectivas econômicas, sobretudo para populações majoritariamente jovens (MAHMOUD; TAIFOURI, 2023). Nesse contexto, o déficit estrutural de governança alimenta tanto a adesão a grupos armados paramilitares quanto a tolerância social a intervenções militares, fazendo com que os golpes de Estado surjam menos como rupturas excepcionais e mais como desdobramentos de uma crise prolongada de legitimidade; conforme também sugerido por Sawo (2017) no caso burquinabê.

Mali, Burkina Faso e Níger emergem, nesse contexto, como o núcleo da Aliança dos Estados do Sahel (AES). Esses três países compartilham trajetórias recentes de golpes militares, forte contestação à influência francesa e uma percepção convergente de que a ordem de segurança anterior falhou em proporcionar estabilidade e soberania autóctone efetiva. Nesse contexto, a cooperação entre eles responde tanto a uma lógica geoestratégica do Sahel Ocidental quanto a uma lógica sistêmica, na qual Estados periféricos buscam alternativas à tutela das potências tradicionais (THURSTON, 2024; ALHASSAN, 2025).

É nesse ambiente de instabilidade sistêmica que se insere o caso do Mali, frequentemente apontado como epicentro da onda de golpes no Sahel. Okoli (2024) descreve o golpe de agosto de 2020 como resultado de um acúmulo de frustrações decorrentes da percepção de submissão às agendas securitárias francesas, que, por sua vez, culminaram no fracasso do Estado em conter a violência no país. Nesse contexto, a junta militar malinense, em conjunto com o Grupo Wagner (entidade a ser desenvolvida mais a seguir), legitimou sua ascensão por meio de um discurso de restauração da soberania e de ruptura com o neocolonialismo, que encontrou ressonância popular (THURSTON, 2024; GOGNY, 2024, p. 47).

Níger, por sua vez, apresenta uma trajetória distinta, porém estruturalmente conectada à malinense. Apesar de ser

frequentemente retratado como um “parceiro estável” do Ocidente na região, o Estado nigerino enfrentava profundas fragilidades institucionais e crescente pressão securitária, assim como seus vizinhos (MAHMOUD; TAIFOURI, 2023). O golpe de 2023 — mesmo ano em que o Grupo Wagner iniciou sua campanha no país (GOGNY, 2024, p. 47) — refletiu o desgaste das instituições civis diante da incapacidade de traduzir a cooperação internacional ocidental em melhorias concretas na segurança e na economia. A rejeição à presença militar francesa e o subsequente realinhamento estratégico comercial com a China foram, assim, apresentados como uma afirmação de autonomia, ainda que inseridos em um cenário de elevada incerteza e de reconfiguração das dependências externas (OKOLI, 2024).

Além do rompimento militar após o golpe de 2023, no Níger, a ruptura também adquiriu uma dimensão econômica. O novo regime iniciou a retirada das licenças de exploração de recursos naturais concedidas a empresas francesas, afetando diretamente a Orano, estratégica para o setor energético francês (GOGNY, 2024, p. 28). Esse movimento evidenciou que a rejeição à França ultrapassou o campo securitário, alcançando os pilares econômicos da relação bilateral. Por fim, a criação da Aliança dos Estados do Sahel consolidou simbolicamente esse processo e, ainda que marcada por fragilidades institucionais, essa nova aliança reflete a tentativa desses Estados de reorganizar sua cooperação regional, ao mesmo tempo em que aprofundam vínculos com parceiros extra-ocidentais, como a China e a Índia (CLARK, 2023 *apud* GOGNY, 2024, p. 30).

Já o Burkina Faso ilustra de forma contundente o caráter cumulativo da instabilidade regional; após a insurreição popular de 2014 e uma sequência de crises políticas, o país passou por sucessivos golpes até a deposição de Roch Kaboré, em 2022 (SAWO, 2017). Também, a deterioração acelerada da segurança

interna, relacionada à incapacidade do governo civil de conter a expansão de grupos armados, minou profundamente a confiança da população nas instituições democráticas (THURSTON, 2024). Apesar de não ser exclusivo do caso burquinabê, ele é fortemente marcado por um profundo distanciamento da população em relação à persistência de uma elite política formada e moldada ainda sob a tutela francesa (MAHMOUD; TAIFOURI, 2023; HAQUE, 2024).

Contudo, apesar das especificidades nacionais, Mali, Níger e Burkina Faso compartilham padrões estruturais convergentes. A onda de golpes ocorridos no Sahel Ocidental reflete a combinação de fragilidade institucional, securitização e rejeição aos governos aliados a potências ocidentais, especialmente a França (OKOLI; ALHASSAN, 2025). Dessa maneira, a retórica soberanista e decolonial adotada pelas juntas militares revela tanto uma tentativa de legitimação interna quanto uma abertura estratégica para o estabelecimento de parcerias internacionais.

Portanto, a deterioração do ambiente democrático no Sahel insere-se nesse contexto de instabilidade social e desestabilização de poder, acompanhada de uma crescente instrumentalização dos atores externos, palpável no caso do Mali, de Burkina Faso e do Níger. Conforme argumenta Okoli (2024), a diplomacia na região tem sido progressivamente politizada, abrindo espaço para interferências diretas nos Estados saheliano, compelidos a operar a partir de uma arena geopolítica profundamente desigual:

> A diplomacia está se tornando excessivamente politizada e securitizada de uma maneira que põe em dúvida sua própria essência. Há interferência de forças externas nos assuntos internos dos Estados. Diante de tudo isso, os Estados africanos são obrigados a atuar dentro de um contexto geopolítico assimétrico, onde suas virtudes soberanas são negociadas, comprometidas ou negadas por forças

> que são alheias ou indiferentes aos seus interesses estratégicos (OKOLI, 2024, p. 129).

Esse cenário prepara o terreno para a emergência de uma disputa de poder e influência, tema que será aprofundado na seção seguinte, na qual se analisará como a retração relativa da França e a reconfiguração das alianças regionais acentuaram a competição geopolítica na região.

PARIS

Conforme argumenta Thurston (2024), a presença francesa no Sahel do século XXI, legitimada principalmente pelo combate ao terrorismo jihadista, passou a ser progressivamente associada ao prolongamento da instabilidade e à reprodução de assimetrias herdadas do período colonial. Esse deslocamento de percepções marcou uma profunda inflexão na relação entre a França e os países do Sahel, minando a legitimidade política e simbólica de Paris como principal garantidora da segurança regional. Portanto, a retirada progressiva (ou até mesmo a expulsão formal) da França, que iremos compreender neste capítulo, deve ser compreendida como parte de um processo estrutural de desgaste da presença ocidental na região.

Esse processo também é acompanhado por uma transformação no discurso político e estratégico das elites políticas sahelianas, particularmente após 2020. Okoli (2024) relata a emergência de juntas militares nos Estados AES como parte de uma narrativa crescente de soberania, autodeterminação e rejeição explícita ao neocolonialismo:

> O novo cenário geopolítico no Sahel também tem sido associado a uma crescente onda de populismo decolonial. Isso se manifesta pelo ressentimento anti-francês difundido em uma parte significativa do Sahel Ocidental francófono. Mesmo entre os países não francófonos da região, houve uma mudança significativa da orientação diplomática tradicionalmente pró-Ocidente para algo que (cor)responde ao imperativo do emergente ordenamento mundial multipolar (OKOLI, 2024, p. 124).

Intervenções francesas no Sahel

A permanência francesa no Sahel foi historicamente legitimada por um discurso securitário de indispensabilidade, ancorado na incapacidade dos Estados saheliano de assegurar a própria integridade. Esse enquadramento sustentava a ideia de que a presença militar francesa não apenas era necessária, mas condição *sine qua non* para a sobrevivência dos próprios Estados da região frente às múltiplas ameaças domésticas e transnacionais, como pontua Gogny (2024):

> A perspectiva compartilhada pelas forças francesas presentes no Sahel resume-se a considerá-las indispensáveis para a segurança local, sustentando o argumento de que essa região é composta por Estados fracos e incapazes de se defenderem diante das múltiplas ameaças. Em palavras de um oficial francês: "se sairmos do Mali hoje, o Mali colapsará em poucas semanas" (SANDNES, 2023, p. 82). Esse ponto de vista reflete um dos elementos-chave do quadro do ordenamento liberal internacional (GOGNY, 2024, p. 27).

Tal narrativa insere-se no marco mais amplo do ordenamento liberal internacional, no qual intervenções externas de Estados centrais são justificadas como mecanismos de tutela indispensável sobre Estados periféricos, reforçando relações de poder assimétricas e de dependência. No caso do Sahel, a ameaça jihadista foi utilizada como oportunidade para a reinserção militar da França na manutenção de sua presença, a partir de 2000.

As ameaças jihadistas no Sahel consolidaram-se como o principal vetor de instabilidade regional no século XXI, sobretudo a partir da expansão de grupos afiliados à Al-Qaeda, como o Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), e ao Estado Islâmico (AL JAZEERA, 2025). Esses atores exploraram fragilidades estatais, tensões étnicas e disputas territoriais para ampliar sua presença regional, operando por meio do controle de rotas estratégicas e da imposição de sistemas paralelos de autoridade. A sua capacidade de adaptação por meio de alianças locais, mobilidade transfronteiriça e instrumentalização de narrativas antiestatais e antiocidentais transformou a violência jihadista em um fenômeno estrutural e generalizado, deslocando o epicentro do terrorismo global para a faixa saheliana e comprometendo a estabilidade política e humanitária da região (THURSTON, 2024).

A Operação Serval, lançada em 2013 no Mali, foi apresentada pelo governo francês como uma intervenção emergencial e de escopo limitado, orientada a impedir o colapso imediato do Estado malinês e a retomar centros urbanos estratégicos, como Tombuctu (MINISTÈRE DE LA DÉFENSE DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE, 2025); embora Serval tenha alcançado êxito militar inicial ao conter o avanço jihadista, a operação mostrou-se incapaz de enfrentar os fatores estruturais da instabilidade — como a fragilidade institucional e a porosidade das fronteiras (HAQUE; NEVES; MORAES, 2024).

Essa limitação conduziu à transição para a mais notória operação militar francesa da atualidade: Operação Barkhane, formalizada em 2014, que representou uma ampliação qualitativa e geográfica da estratégia de Paris no Sahel. Essa mudança refletiu o reconhecimento de que a ameaça jihadista na região adquiria um caráter intrinsecamente transnacional, exigindo, portanto, uma resposta regionalizada e contínua (VITOLA, 2024). A operação passou, assim, a articular os países do G5 Sahel sob uma lógica de contenção permanente. Essa reconfiguração marcou a consolidação da França como eixo estruturante da arquitetura de segurança saheliana, reforçando sua centralidade política e militar, ao mesmo tempo em que aprofundou a passividade securitária dos Estados locais (NEVES; MORAES, 2024).

Ainda, Barkhane não atuou isoladamente, mas foi acompanhada por outros dispositivos militares liderados pela França, que reforçaram a densidade e a complexidade da presença securitária francesa no Sahel. Além da operação, que contou com mais de cinco mil tropas em 2020, houveram outras duas missões lideradas pela França na mesma janela de tempo que observamos agora: a Takuba Task Force (2020-2022), em um agrupamento de forças geral do âmbito europeu, e a Operação Sabre, em Burkina Faso, formalizada em 2018 e posteriormente eliminada pela junta burquinabê em 2023, que juntas mobilizaram por volta de mil tropas europeias em solo africano (THURSTON, 2024, p. 19).

No entanto, a consolidação de Barkhane coincidiu com o aprofundamento de contradições fundamentais. A permanência prolongada das forças francesas passou a ser percebida como um sintoma da fragilidade dos Estados locais, e não como solução para essa fragilidade; seu progressivo desgaste culminou no seu encerramento formal em 2023, sobretudo após a deterioração das relações da França com Mali e Burkina Faso (KING, 2023). Conforme analisa Sobrinho (2022), a crise da operação não decorreu

de uma derrota militar direta no campo de batalha, mas da crescente inviabilidade política e estratégica de sustentar uma presença externa cada vez mais contestada por amplos setores das sociedades locais; pode-se, assim, compreender o enfraquecimento do *smart power* francês na região.

A retirada francesa

A retirada, ou expulsão, das tropas francesas passou a simbolizar a ruptura definitiva entre Paris e as novas lideranças saheliana, evidenciando o esgotamento do modelo francês de estabilização. Esse processo marcou, então, a transição de uma hegemonia securitária centralizada para um cenário caracterizado pela fragmentação da arquitetura securitária regional, em uma espécie de reconfiguração da inserção periférica dos Estados da região no sistema internacional, em um contexto de maior competição e multipolaridade, no qual se ampliam, ainda que limitadamente, suas margens de autonomia.

Esse movimento não significou a consolidação de uma autonomia efetiva, mas expôs a profunda dependência regional construída em relação às potências centrais. Assim, Leite (2025) compreende a existência de um "vácuo de poder" deixado pela França, que reproduz, ainda que sob novas formas, uma lógica de dependência característica da relação centro-periferia.

Essas iniciativas evidenciam que a crescente presença extrarregional no Sahel não se limita ao campo securitário, mas se manifesta por meio de estratégias diferenciadas de inserção, ajustadas às capacidades e prioridades de cada ator externo. Em um contexto marcado pela retração ocidental e pela busca saheliana por alternativas ao modelo neocolonial de dependência, projetos

voltados ao desenvolvimento infraestrutural assumem centralidade política e simbólica. A disputa por influência na região, portanto, não ocorre de forma homogênea, mas por meio de vetores funcionais distintos, nos quais alguns atores privilegiam instrumentos econômicos e diplomáticos de longo prazo, enquanto outros concentram esforços em áreas específicas consideradas estratégicas — como a questão securitária e militar. Essa diferenciação ajuda a compreender por que as parcerias externas no Sahel geram impactos desiguais e por que a lógica securitária, embora relevante, não esgota o quadro contemporâneo de engajamento internacional.

Justamente, no Mali, o ponto de inflexão da retirada francesa ocorreu com a chegada dos membros do Grupo Wagner em dezembro de 2021; na ocasião, a França condicionou sua permanência à renúncia da junta militar a qualquer cooperação com a Rússia, o que foi recusado por Bamako, selando a ruptura política (GOGNY, 2024). Em Burkina Faso, após os golpes de 2022, o novo regime expulsou o embaixador francês e encerrou a cooperação militar, passando a qualificar a Rússia como parceira estratégica em matéria de segurança (GOGNY, 2024, p. 30).

É no contexto de retração da presença ocidental no Sahel que se intensifica a inserção russa na região, já iniciada anteriormente com a presença do Grupo Wagner, posteriormente reconfigurado como Africa Corps (HART, 2026), compreendido por governos militares locais como uma alternativa estratégica funcional (POKALOVA, 2023). Conforme analisa Amtenbrink (2024), a diminuição do engajamento direto das potências europeias abriu espaço para modelos de cooperação menos normativos e mais transacionais, nos quais a provisão de segurança passa a ser negociada em termos pragmáticos. Nesse cenário, a Rússia apresenta-se como parceira disposta a oferecer apoio militar e respaldo político sem as condicionalidades associadas à governança ocidental liberal, respondendo uma lógica de influência baseada no

ganho econômico e acesso estratégico, já que a autora delimita que "Essa influência política pode ser diretamente traduzida em ganhos econômicos, já que esse é o principal foco do engajamento da Rússia, embora haja outro aspecto crucial para o país: as alianças estratégicas que está conquistando" (AMTENBRINK, 2024) — leitura que dialoga com as observações empíricas de Okoli (2024) sobre a atuação da Rússia no Sahel.

O afastamento progressivo da França e a ascensão de atores russos devem, portanto, ser interpretados como dimensões de um mesmo processo estrutural de reconfiguração do poder externo no Sahel, em um contexto de profunda reconfiguração do que Buzan e Waever (2003, p. 491) chamam de constelação de segurança, compreendida como o padrão formado pela interação dos quatro níveis securitários: doméstico, regional, inter-regional e global. Ademais, Okoli (2024, p. 124) afirma que o Sahel se tornou um terreno de disputa multipolar, em um arranjo geopolítico de oportunismo entre atores externos, notadamente a Rússia.

MOSCOU

Conforme argumenta Efremenko (2023), a África — em particular, regiões periféricas marcadas por fragilidade estatal — desempenha papel central na política externa russa contemporânea como espaço de expansão de sua influência. Para Moscou, a intensificação de sua presença no Sahel constitui uma estratégia mais ampla de reposicionamento internacional em um contexto de erosão da ordem liberal ocidental e de mudança na constelação securitária do Sahel. Diferentemente das incursões francesas, estruturadas por acordos formais, a atuação russa no Sahel opera predominantemente no que Haque (2023) define como uma *gray zone*, caracterizada por uma ambiguidade na percepção do envolvimento russo, dado o uso

de forças *proxies*, como o Grupo Wagner e o Africa Corps; essas estruturas, portanto, funcionam como extensões informais da política externa russa (POKALOVA, 2023). Essa estratégia encontra respaldo na própria doutrina russa contemporânea, conforme explicitado no Conceito de Política Externa da Federação Russa (2008), que enfatiza instrumentos flexíveis de projeção de influência em contextos de competição sistêmica.

Nesse sentido, a atuação do Grupo Wagner deve ser compreendida como um instrumento deliberado de política externa do Kremlin, e não como a atuação autônoma. A utilização de empresas militares privadas permite ao governo russo, portanto, operar em ambientes de alto risco político e securitário sem recorrer a desdobramentos formais das Forças Armadas regulares, reduzindo custos diplomáticos e ampliando sua margem de manobra estratégica — característica muito cara ao governo russo, dado o comprometimento de seu contingente militar na Operação Militar Especial na Ucrânia, desde 2022 (EFREMENKO, 2023).

A transição da utilização do GW para o Africa Corps, em junho de 2025, marca, nesse contexto, um movimento de maior centralização e institucionalização da presença militar russa no continente africano (VOROBYOV, 2025). Diferentemente da fase inicial com o Grupo Wagner, o Africa Corps opera como um braço mais diretamente vinculado ao aparato estatal russo, de maneira interna, articulando treinamento militar, assessoria estratégica e apoio logístico, ao mesmo tempo em que, de maneira externa, promove a separação de imagem entre o governo e sua atuação. Do ponto de vista de Moscou, essa reconfiguração visa não apenas preservar os ganhos acumulados pelo Grupo Wagner, mas também assegurar maior controle político sobre suas operações e alinhar, de forma mais efetiva, essas atividades aos objetivos estratégicos do Kremlin (EFREMENKO, 2023).

Contudo, a projeção de poder da Rússia no Sahel, especialmente após 2022, tem se concentrado majoritariamente no domínio militar e securitário. Conforme analisa Samkharadze (2024), Moscou avançou rapidamente por meio de acordos militares bilaterais, fornecimento de equipamentos, treinamento de forças locais e da atuação do Africa Corps, convertendo-se em um ator central na arquitetura de segurança de países como Mali e Burkina Faso. Essa estratégia permitiu à Rússia apresentar-se como uma parceira capaz de oferecer respostas imediatas às ameaças insurgentes, sem as condicionalidades políticas típicas do engajamento ocidental. Entretanto, o protagonismo russo permanece assimétrico e setorial.

No campo econômico-comercial, a Rússia carece tanto de capacidade financeira quanto de presença empresarial comparável à de outros atores externos. Moscou não dispõe de instrumentos estruturais de investimento em larga escala comparáveis aos de outros países interessados em cooperar com a região, como a China, o que limita sua atuação econômica (SAMKHARADZE, 2024). Tal padrão reforça a percepção de que a inserção russa no Sahel está mais orientada ao financiamento indireto de suas operações militares do que à construção de parcerias comerciais imediatas.

No plano diplomático, a Rússia também enfrenta concorrência crescente em um ambiente de multi-alinhamento estratégico adotado pelos Estados AES. Como destacam Kłyszcz e Marangio (2025), Mali, Burkina Faso e Níger buscam deliberadamente diversificar seus parceiros externos; recorrem não apenas à Rússia, mas também à China, à Turquia, aos Emirados Árabes Unidos e à Índia. O objetivo é maximizar os ganhos e evitar novas relações de dependência. Nesse contexto, Moscou é percebida como uma fornecedora relevante de segurança, mas não como uma parceira diplomática dominante.

A Rússia, então, opera sobretudo como um ator securitário de contestação, capitalizando o declínio da presença ocidental, mas enfrentando um cenário de forte concorrência para competir com a capilaridade econômica chinesa ou com o *soft power* diplomático e financeiro de atores emergentes. O caso russo no Sahel ilustra uma inserção internacional marcada pela preeminência do *hard power* — distante do diversificado e refinado *smart power* que a França operava na região.

Nesse sentido, embora Moscou tenha ocupado deliberadamente parte do espaço deixado pela retirada francesa, esse preenchimento se enquadra quase exclusivamente no âmbito militar e securitário. Como argumenta Okoli (2024), a Rússia não dispõe, e nem demonstra intenção, de reproduzir o papel estruturante anteriormente exercido por Paris na provisão de bens públicos ou na sustentação institucional, ou até mesmo cultural, dos Estados sahelianos. Isso, justamente, replicaria a posição francesa criticada pelas populações locais. O que também não deve ser ignorado, visto que a pauta securitária na região é extremamente relevante para os Estados sahelianos.

PEQUIM E OUTROS

Sob esse prisma, a dinâmica de influência e poder no Sahel do século XXI passou a ser marcada por uma competição mais ampla entre múltiplos atores internacionais, ultrapassando a tradicional centralidade franco-europeia. Atualmente, diversos atores disputam um espaço de influência por meio de estratégias diferenciadas, muitas vezes combinando investimentos econômicos, cooperação securitária, diplomacia política e presença simbólica, em um contexto de forte concorrência, sobretudo com a Rússia.

A China se apresenta como uma das principais potências econômicas e diplomáticas, atuando hoje no Sahel, operando de forma estruturalmente distinta da Rússia. Conforme Efremenko (2023), Pequim prioriza instrumentos não militares de influência, concentrando-se em investimentos em infraestrutura, mineração, agricultura e comércio, além de visar expandir suas parcerias diplomáticas a longo prazo. Tal abordagem permite à China consolidar uma presença significativa sem se envolver diretamente nas complexas dinâmicas securitárias da região.

O engajamento chinês, portanto, implica uma dimensão econômica e diplomática, consolidando relações mais sofisticadas com os Estados AES. Além disso, a China consolida sua presença na região principalmente por meio de investimentos significativos no setor extrativista e de sua emblemática Iniciativa Cinturão e Rota — também conhecida como a nova rota da seda (CHEN, 2018). No plano econômico-ambiental, a China tem ampliado sua presença no Sahel por meio do apoio a iniciativas estruturais de longo prazo, como o Grande Cinturão Verde (Great Green Wall), voltado ao combate à desertificação, à insegurança alimentar e aos efeitos das mudanças climáticas. Essa atuação reforça o perfil de Pequim como ator diplomático central, capaz de gerar benefícios materiais tangíveis e de consolidar capital político junto aos governos sahelianos, em consonância com sua estratégia mais ampla de inserção funcional no Sul Global (CHEN, 2018; CHENIN, 2025).

A centralidade da mobilização da dimensão econômica na diplomacia no Sahel torna-se ainda mais evidente ao se observar que a disputa geopolítica está intrinsecamente vinculada ao controle e à exploração de recursos estratégicos, como urânio, ouro e outros minerais. A crise envolvendo o setor de urânio no Níger, amplamente noticiada, ilustra como ativos minerais desempenham papel decisivo na redefinição das relações entre Estados sahelianos e parceiros externos, tensionando vínculos históricos com empresas

europeias e ampliando a margem de barganha dos governos locais (LE MONDE, 2024a). Nesse contexto, a economia política dos recursos naturais converte-se em instrumento de afirmação soberana e, simultaneamente, em fator de vulnerabilidade estrutural.

Além disso, a retração ocidental — inclusive a retirada de contingentes militares e o enfraquecimento de missões de cooperação — produziu impactos que transcendem o campo securitário, afetando fluxos de ajuda, investimentos e cadeias logísticas regionais (LE MONDE, 2024b). A recomposição dessas lacunas por atores como a China e os países do Golfo Arábe não ocorre apenas em termos estratégicos, mas, sobretudo, econômicos, reconfigurando padrões de financiamento, de infraestrutura e de comércio. Assim, a competição multipolar no Sahel deve ser compreendida, além do superficial, como uma disputa por inserção estrutural na economia política regional.

Portanto, enquanto Moscou explora intencionalmente o vácuo securitário deixado pelo Ocidente por meio de apoio militar direto e de grupos paramilitares, a China consolida sua influência por meio de investimentos econômicos, diplomacia ativa e parcerias de longo prazo. Essa distinção evidencia que, mesmo em um contexto de multi-alinhamento estratégico, Pequim ocupa uma posição forte e distinta enquanto ator comercial e diplomático, capaz de moldar a dinâmica regional em prol de seus interesses de longo prazo, sem os riscos associados à mobilização militar (EFREMENKO, 2023; SAMKHARADZE, 2024).

Okoli (2024, p. 126) destaca que a atuação chinesa no Sahel segue uma lógica neomercantilista, articulando expansão econômica, por meio de infraestrutura, mineração e cadeias de suprimento estratégicas, à ampliação, de forma indireta, da influência política. Pequim atua como ator de continuidade, mantendo projetos e acordos mesmo em períodos de instabilidade política; diferentemente dos Estados Unidos, cuja presença no Níger

e em outras partes do Sahel mostrou-se mais volátil e condicionada a mudanças políticas internas (KŁYSZCZ; MARANGIO, 2025).

Os Estados Unidos, por sua vez, enquanto ator hegemônico global, adota uma postura relativamente distanciada em relação ao Sahel, ainda que abrigasse bases estratégicas de vigilância, como a Base Aérea 201, em Agadez (LE MONDE, 2024a). Como observa Gogny (2024), Washington reconheceu historicamente que a manutenção da influência na região era propriamente garantida, sobretudo, pela atuação europeia, provendo apenas apoio pontual:

> Portanto, dado o escasso interesse estratégico que a região do Sahel representa do ponto de vista dos Estados Unidos, a opção que escolheram foi permitir que os europeus se envolvam nos assuntos de segurança da região. Nesse sentido, forneceram apoio logístico e de inteligência ao Estado europeu com maior influência na área — a França — no âmbito de sua operação antiterrorista (GOGNY, 2024, p. 23).

Além das grandes potências tradicionais, a abertura do Sahel a novos parceiros tem atraído a atenção de atores emergentes, que buscam expandir sua influência econômica, política e diplomática no palco global. A Turquia, por exemplo, tem investido em parcerias comerciais no âmbito militar, por meio de assistência técnica e do fornecimento de equipamentos táticos. A Índia, por sua vez, concentra-se em iniciativas de cooperação econômica e intercâmbio tecnológico, fazendo parte dos cinco maiores parceiros comerciais do Mali, de Burkina Faso e do Níger, reforçando sua diplomacia de aproximação com os países da AES e expandindo seu *soft power* na região (KŁYSZCZ; MARANGIO, 2025).

Os Emirados Árabes Unidos (EAU), a Arábia Saudita e o Irã seguem uma lógica semelhante, explorando nichos comerciais e

investindo em infraestrutura, além de atuarem no financiamento de projetos de energia e de transporte. Segundo Efremenko (2023), esses atores regionais conseguem obter influência sem recorrer diretamente a operações de larga escala, oferecendo parcerias pragmáticas de curto a médio prazo, o que se mostra particularmente atrativo para regimes militares ou governos civis em busca de recursos rápidos. Kłyszcz e Marangio (2025) destacam que, em um contexto de multi-alinhamento estratégico, Mali, Burkina Faso e Níger têm instrumentalizado a competição entre esses atores do mundo islâmico para maximizar recursos econômicos e diplomáticos, aumentando sua margem de manobra frente às grandes potências.

A Rússia, por sua vez, embora mantenha um foco predominante no eixo militar-securitário, também busca diversificar sua atuação por meio de parcerias comerciais além da institucionalização do diálogo político-econômico no âmbito do Russia-Africa Summit. Todavia, como observa Efremenko (2023), essas iniciativas permanecem fortemente subordinadas à agenda de segurança, sobretudo nos países da Aliança dos Estados do Sahel (AES). Dessa forma, enquanto a Rússia consolida sua presença via *hard power* militar e a China foca nas parcerias comerciais e na diplomacia estrutural, Turquia, Índia, EAU e Arábia Saudita também ocupam espaços de influência, por combinarem investimentos, presença diplomática e cooperação. Esse padrão contribui para um Sahel cada vez mais multi-alinhado, em que os Estados locais podem diversificar parceiros e negociar condições mais favoráveis para projetos estratégicos, reforçando a lógica de autonomia pragmática frente às grandes potências (EFREMENKO, 2023; SAMKHARADZE; OKOLI, 2024; KŁYSZCZ; MARANGIO, 2025).

Para os países do Sahel, essa rivalidade multipolar representa uma oportunidade estratégica para diversificar as parcerias. Ao

estabelecer relações simultâneas com a Rússia, a China e outros atores emergentes da periferia e semiperiferia global, os Estados locais buscam ampliar sua margem de autonomia decisória, obter diferentes formas de apoio e reduzir sua dependência histórica da França (OKOLI, 2024; OKOLI; ALHASSAN, 2025). Conforme observa Gogny (2024), essa política de diversificação é frequentemente apresentada pelas lideranças saheliana como instrumento de reafirmação da soberania nacional, ainda que envolva riscos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da análise da crise estrutural do Sahel contemporâneo, compreendendo-a não como um conjunto de eventos isolados, mas como a manifestação regional de dinâmicas geopolíticas e da constelação de segurança da região. O trabalho analisou a trajetória da presença francesa no Sahel, discorrendo da Operação Serval à institucionalização da Operação Barkhane. Contudo, conforme evidenciado por autores como Okoli, Amtenbrik e Gogny, essa arquitetura securitária mostrou-se incapaz de produzir estabilidade duradoura, ao mesmo tempo em que aprofundou o distanciamento entre Paris e as sociedades locais, alimentando ressentimentos, crises de legitimidade e a autonomização política das forças armadas. Ainda, perante a percepção autóctone do Sahel, desencadeou-se, de 2020 a 2025, a onda de golpes e de insegurança generalizada, dissecada neste trabalho.

Diante do exposto, torna-se analiticamente impreciso afirmar que o Sahel atravessa, no presente, uma transição de poder hegemônico. Ou seja, não é possível sustentar uma leitura segundo a qual a região simplesmente substituiria Paris por Moscou. Tal deslocamento ocorre, de forma parcial e circunscrita, no campo

securitário, no qual a Rússia logrou ocupar espaços deixados pela retração francesa e ocidental. Fora desse domínio, entretanto, a influência russa revela-se limitada e incapaz de estruturar um padrão abrangente de dominação regional, tanto por mobilização própria quanto pelo desejo saheliano por essa dinâmica.

A experiência histórica da presença francesa no Sahel caracterizou-se por uma hegemonia plena e multifacetada, que extrapolava o campo militar e se estendia às esferas econômicas, comerciais, financeiras, diplomáticas, culturais e sociais, consolidando uma relação de dependência estrutural a longo prazo, dada a dinâmica colonial. Esse padrão hegemônico, típico de uma ordem internacional hierarquizada, não se encontra na atual parceria entre a Rússia e os Estados saheliano; Moscou não dispõe de capacidade para exercer controle sistêmico sobre os múltiplos vetores da vida política e econômica regional, limitando-se, majoritariamente, à provisão de segurança e de apoio militar.

Paralelamente, os domínios econômicos, comerciais e diplomáticos do Sahel revelam um cenário marcado pelo florescimento da diversificação de parcerias, no qual se destacam atores de grande peso estrutural, especialmente Pequim. A presença chinesa, indiana, turca — entre outras — sustentada por investimentos, comércio e diplomacia de longo prazo, impede qualquer forma de monopolização externa da influência regional. Configurando-se, assim, um ambiente de competição aberta e de multi-alinhamento estratégico, no qual os Estados saheliano ampliam suas margens de escolha e barganha.

Nesse sentido, o quadro contemporâneo do Sahel é menos compatível com a noção clássica de transição hegemônica e mais representativo de uma ordem multipolar em consolidação. A diversificação de parcerias observada na região não aponta para a emergência de uma nova hegemonia substitutiva, mas sim para a erosão de padrões hegemônicos tradicionais, abrindo espaço para

arranjos pragmáticos, seletivos e funcionalmente diferenciados. O Sahel, portanto, não sofre, ou performa, uma troca de hegemonias, mas expressa, de forma sintomática, as transformações estruturais de um sistema internacional cada vez mais plural e competitivo no século XXI.

REFERÊNCIAS

AL JAZEERA. “Around four million people displaced across Africa’s Sahel, UN warns”. **Al Jazeera** [2025]. Disponível em: <www.aljazeera.com>. Acesso em: 07/02/2026.

AMTENBRINK, A. S. **Neo-colonial Dynamics in Africa**: a comparative study of China, Russia, and France. Malmo: University of Malmo, 2024.

ARRIGHI, G. **O longo século XX**: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers:** The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CARTWRIGHT, M. “O Império de Mali”. **World History Encyclopedia** [2020]. Disponível em: <www.worldhistory.org>. Acesso em: 07/02/2026.

CHEN, Y. **Silk Road to the Sahel**: African Ambitions in China's Belt and Road Initiative. Washington: Johns Hopkins University, 2018.

CHENIN, S. “Why is China quietly helping Africa build a Great Green Wall across the Sahara?”. **South China Morning Post** [2025]. Disponível em: <www.scmp.com>. Acesso em: 07/02/2026.

EFREMENKO, D. “Russia and African countries at a new historical turn: changing interaction in the context of a special military operation in Ukraine”. **Russia and the Moslem World**, n. 319, 2023.

GOGNY, L. **El cambio de poder el en Sahe**l: ¿un paso hacia el desmantelamiento de la influencia de Occidente? Salamanca: Universidad de Salamanca, 2024.

GUICHAOUA, Y. “The bitter harvest of French interventionism in the Sahel”. **International Affairs**, vol. 96, n. 4, 2020.

HAQUE, N. “What’s behind the Sahel’s wave of coups?”. **Al Jazeera** [2024]. Disponível em: <www.aljazeera.com>. Acesso em: 15/01/2026.

HART, B. L. “North Africa campaigns”. **Encyclopaedia Britannica** [2026]. Disponível em: <www.britannica.com>. Acesso em: 06/02/2026.

JÓ, S. L. **A Exteriorização do Imperialismo Francês nos Estados do G5 Sahel**. Redenção: UNILAB, 2024.

KING, I. **“**How France failed Mali: the end of Operation Barkhane”. **Harvard International Review** [2023]. Disponível em: <www.hir.harvard.edu>. Acesso em: 02/02/2026.

LE MONDE. “Désastreuse retraite occidentale au Sahel”. **Le Monde** [2024a]. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 07/02/2026.

LE MONDE. “Le Niger retire à l’entreprise française Orano le permis d’exploitation d’une grande mine d’uranium”. **Le Monde** [2024b]. Disponível em: <www.lemonde.fr>. Acesso em: 07/02/2026.

LEITE, M. E. D. “A New Era in the Sahel: U.S. Decline, Russia, and China Rise”. **The Journal of Foreign Affairs at Carolina**, vol. 10, n. 2, 2025.

MAHMOUD, S.; TAIFOURI, M. “The Coups d’État of the Sahel Region: Domestic Causes and International Competition”. **Arab Center Washington DC** [2023]. Disponível em: <www.arabcenterdc.org>. Acesso em: 07/02/2026.

MINISTÈRE DE LA DÉFENSE DE LA RÉPUBLIQUE FRANÇAISE. **Présentation de l’opération**. Paris: Ministère de la Défense de la République Française, 2013. Disponível em: <www.archives.defense.gouv.fr>. Acesso em: 21/05/2026.

N’KRUMAH, K. **Neocolonialismo** — Último Estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

NEVES, N. R.; MORAES, P. G. C. “A geopolítica do Sahel e a resposta europeia à crise terrorista no Mali”. **Panorâmico**, vol. 3, n. 8, 2024.

NYE, J. S. **The Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

OKOLI, A. C. “Africa’s sovereignty in the context of the multipolarizing global order: a pre-exploratory discourse on the Sahel”. **Journal of the Institute for African Studies**, n. 2, 2024.

OKOLI, A. C.; ALHASSAN, A. “Uma Nova Partilha? A Economia Geopolítica da Multipolaridade no Sahel e suas Implicações para a

Soberania Econômica da África". **AUSTRAL: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais** vol. 14, n. 27, 2025.

PENNAFORTE, C. **Movimentos antissistêmicos e Relações Internacionais**: uma perspectiva teórica para compreender o sistema-mundo. Pelotas: Editora UFPel, 2020.

PINTO, A. S. **O Sahel no contexto da segurança europeia**. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, 2014.

SAMKHARADZE, N. **Great Power Dynamics in the Sahel Region Since 2022**. Gori: National Defence Academy Of Georgia, 2024.

SAWO, A. "The Chronology of Military Coup d'etats and Regimes in Burkina Faso: 1980-2015". **The Turkish Yearbook of International Relations**, vol. 28, 2017.

SOBRINHO, H. V. S. **Operação Barkhane**: Operação de estabilização do Sahel. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

THURSTON, Alexander. "Military Coups, jihadism and insecurity in the Central Sahel". **West African Papers**, n. 43, 2024.

VITOLA, M. R. **África**: Da Securitização Às Guerras Híbridas; Da Reação À Cooperação Militar Russo-Africana A Partir Dos Anos 2000. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2024.

VOROBYOV, N. "Wagner vs Africa Corps: the future of Russian paramilitaries in Mali". **Al Jazeera** [2025]. Disponível em: <www.aljazeera.com>. Acesso em: 06/02/2026.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-System I**: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century. California: University of California Press, 2011.